

SUMÁRIO

LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Introdução e panorama internacional do combate à corrupção	27
Natureza jurídica	36
Fundamento constitucional	41

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º	46
Sujeitos ativos dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção.....	47
Não concorrência com o sistema da Lei de Improbidade Administrativa.....	49
Sujeito Passivo dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção.....	49
Art. 2º	51
Art. 3º	57
Responsabilidade dos dirigentes	57
Art. 4º	61
Sucessão de pessoas jurídicas.....	62
Alienação de empresa falida e sucessão das obrigações anticorrupção.....	63

CAPÍTULO II

DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 5º	63
Introdução aos tipos da Lei Anticorrupção	65
Rol exemplificativo.....	67
Corrupção privada.....	68

Conceito de administração pública	69
Corrupção ativa	70
Financiamento à corrupção.....	74
Utilização dissimulada de interposta pessoa.....	76
Fraude ao caráter competitivo da licitação.....	78
Perturbação de processo licitatório	84
Afastamento de licitante	84
Estelionato licitatório.....	86
Modificação irregular em contrato administrativo.....	91
Manipulação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	94
Obstrução da investigação.....	95

CAPÍTULO III

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º.....	98
Introdução.....	99
Pena de multa.....	102
Publicação extraordinária da decisão condenatória	104
Dosimetria das penas	105
Art. 7º.....	109
Circunstâncias e parâmetros para fixação da pena e a discricionariedade regrada	109
Teoria das margens.....	110
Definição de <i>compliance</i>	118
Parâmetros de um programa de integridade	124
<i>Compliance Officer</i>	132
A posição de garante do <i>Compliance Officer</i> na legislação brasileira.....	136
Efeitos do <i>Compliance</i>	143
Natureza da norma que instituiu o programa de integridade ou <i>Compliance</i> ...	146
<i>Compliance</i> como instrumento de combate à corrupção	152
Avaliação dos programas de integridade/ <i>compliance</i>	155
CrITÉRIOS avaliativos dos programas de integridade/ <i>compliance</i>	157
Primeiro aspecto na avaliação: as condições de constituição do programa de integridade pela pessoa jurídica	158

Segundo aspecto na avaliação: as condições de aplicação do programa de integridade na atividade rotineira da pessoa jurídica	162
Terceiro aspecto na avaliação: a atuação concreta da pessoa jurídica quando da ocorrência do ato ilícito em apuração	167
As provas da efetividade do programa de integridade	168
Prognóstico do <i>Compliance</i>	170
<i>Compliance</i> criminal.....	172
<i>Compliance</i> em direitos humanos	179
<i>Compliance</i> administrativo ou público	180
<i>Compliance</i> ambiental	181
<i>Compliance</i> trabalhista.....	182
<i>Compliance</i> tributário.....	182
<i>Compliance</i> bancário.....	182
<i>Compliance</i> digital	182
<i>Compliance</i> desportivo.....	183
<i>Compliance</i> médico.....	183

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 8º	184
Introdução.....	184
Verificação preliminar.....	186
Legitimidade ativa para processo administrativo	191
Delegação da competência para instaurar o processo administrativo.....	192
Competência da CGU.....	192
Art. 9º	193
Legitimidade administrativa para ilícitos internacionais.....	194
Art. 10	195
Regime constitucional do processo administrativo	195
Comissão processante.....	197
Procedimentos gerais.....	199
Art. 11	201
Direito de defesa no processo Administrativo.....	201

Art. 12	203
Relatório final, alegações finais, julgamento e recurso	203
Termo de compromisso na Lei Anticorrupção.....	206
Art. 13	208
Procedimento de reparação de danos	208
Art. 14	209
Desconsideração da personalidade jurídica.....	209
Art. 15	214
Comunicação ao Ministério Público	214

CAPÍTULO V

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 16	215
Conceito e origem do Acordo de Leniência.....	217
Fundamento convencional do Acordo de Leniência	221
Natureza Jurídica do Acordo de Leniência.....	221
A ética do Acordo de Leniência.....	223
Condições do Acordo de Leniência.....	226
Requisitos do Acordo de Leniência	229
Momento para celebrar um Acordo de Leniência.....	236
Legitimidade para celebração do Acordo de Leniência.....	237
Papel do Tribunal de Contas no Acordo de Leniência.....	242
Acordos de Leniência e o problema da legitimidade concorrente e disjuntiva	246
Efeitos do Acordo de Leniência.....	248
Limites e condições possíveis em um Acordo de Leniência.....	251
Cláusulas mínimas do Acordo de Leniência	254
Publicidade do Acordo de Leniência.....	261
Proposta de Acordo de Leniência recusada.....	261
Descumprimento do Acordo de Leniência	265
Revisão e Modificação do Acordo de Leniência.....	268
Homologação do Acordo de Leniência	269
Impossibilidade de modificação das cláusulas negociadas.....	271
Valor probatório das declarações prestadas em um Acordo de Leniência	271

Anulação do Acordo de Leniência.....	272
Interrupção da prescrição	273
Art. 17	273
Acordo de Leniência e acordo de não persecução cível.....	274
Acordo de Leniência nas infrações da Lei de Licitações	274

CAPÍTULO VI
DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18	276
Instância civil de responsabilidade da pessoa jurídica	276
Art. 19	277
Legitimidade ativa para ação de responsabilidade objetiva por ato de corrupção.....	278
Sanções cíveis ou judiciais previstas na Lei Anticorrupção	280
Rescisão do contrato.....	288
Art. 20	290
Responsabilidade Judicial suplementar à administrativa	290
Art. 21	291
Microssistema da ação coletiva.....	291
Competência.....	292
Considerações gerais.....	292
Condenação em reparar o dano.....	295
Obrigatoriedade da execução da ação coletiva.....	296

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22	297
Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	298
Art. 23	301
Dever de informação	301
Art. 24	302
Destinação dos valores e bens decorrentes da aplicação da Lei	302

Art. 25	303
Prescrição.....	304
Prescrição intercorrente	308
Art. 26	309
Art. 27	309
Dever de agir da autoridade pública.....	309
Art. 28	311
Aplicação extraterritorial	311
Art. 29	312
Art. 30	312
A independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Improbidade	313
Efeitos transversais do Acordo de Leniência	317
Independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Licitações.....	324
Art. 31	325
Quadro comparativo entre Lei de Improbidade e Lei Anticorrupção Empresarial.....	328
Bibliografia	333
Periódicos.....	343

ANEXOS

ANEXO 1	
<i>Checklist</i> de programa de integridade ou <i>compliance</i>	347
ANEXO 2	
Modelo de Acordo de Leniência.....	355
ANEXO 3	
Modelo de ação por prática de ato ilícito previsto na Lei 12.846/2013.....	363